REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2019.

BASSEY, M. **Case study research in educational settings**. Londres: Open University Press, 2003.

BROPHY, Jere. **History of research on classroom management**. In: EVERTSON, Carolyn M.; WEINSTEIN, Carol. **Handbook of classroom management: research, practice and contemporary isues**, 2011.

DJIGIC, G., STOJILJKOVIC, S. **Protocol for classroom management styles assessment designing. Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 45, p.65-74, 2014.

FERREIRA, Carlos Roberto Santos. **Tecnologia nas Escolas Estaduais: Breves Reflexões**. Revista Psicologia & Saberes, v. 9, n. 19, p. 123-137, 2020.

GAUTHIER, C. et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998

GOOGLE. **Google Classroom**, 2014. Disponível em <https://classroom.google.com/u/0/h> Acesso em 05, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Gestão e uso das mídias em projetos de educação a distância**. Revista e-curriculum, v. 1, n. 1, 2005.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. **Tecnologias digitais e educação a distância: letramento digital e formação de professores**. XVII Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Fortaleza, 2014.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **A Mediação Pedagógica: suas relações e interdependências**. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE), p. 101-110, 2006.

ROSA, A. M. **O uso da tecnologia da informação em sala de aula como fator mediador do trabalho do professor de história: a utilização da plataforma MOODLE**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

SÃO PAULO. **Secretaria Municipal de Educação**. Estabelece critérios para a organização das estratégias disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos estudantes durante a pandemia. Instrução normativa nº15 de 08 de abril de 2020.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

Desigualdade Social e Sistema Educacional: A Distribuição de Renda como Ferramenta para Melhorar a Educação

Tainá Mayra Moreira Maciel[1]

RESUMO

O sistema educacional reflete as características da sociedade, isso explica a grande desigualdade que existe na educação brasileira. As questões materiais de sobrevivência, tradicionalmente ignoradas pelo Estado em suas diversas instâncias, têm impacto quantitativo e qualitativo sobre o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis do ensino, em particular, de crianças e adolescentes. Diante das condições sociais a que alguns estudantes estão suscetíveis, é necessário que o Estado use estratégias para promover uma vida digna a estes indivíduos. Uma das estratégias mais importantes para se promover a melhoria da educação é transformar as condições sociais locais. Entender que investir isoladamente em educação resolve os problemas sociais é um grande equívoco. As instituições públicas de ensino, diante deste contexto de exclusão social, têm uma importante missão de fornecer aos educandos as mínimas condições para que estejam aptos para o desenvolvimento cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade, educação, distribuição de renda.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa a apresentar uma reflexão acerca de como as desigualdades sociais repercutem nas desigualdades da educação brasileira, de como a divisão de classes fruto do sistema capitalista é legitimada no ambiente escolar. Também será enfatizada a necessidade de promover políticas públicas que reduzam a miséria e a pobreza da população, para que, assim, as desigualdades dentro do sistema educacional também sejam reduzidas.

O objetivo é avaliar a possibilidade de maior conexão entre escolas da rede pública com o Estado, a fim de que sejam garantidos aos estudantes os seus direitos Universais, tornando-os, assim, cidadãos com integridade física, saúde e dignidade, para que possam desenvolver as habilidades cognitivas esperadas.

A educação é parte da sociedade. Quando analisamos as características do sistema educacional de um deter-

(1) Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

minado lugar, é possível compreender os padrões de desenvolvimento do lugar. Especialmente as desigualdades sociais são reproduzidas na educação. É importante conhecermos o conceito de *habitus*:

> É através dos seus *habitus* que os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta reprodução, no entanto, não pode se realizar sem a sutil ação dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais por uma forma de dominação simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles. Dessa maneira, um dos primeiros e mais importantes conceitos utilizados por Bourdieu é o de *habitus*. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos, além de ser também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (FERREIRA, 2013, p. 48).

A educação brasileira é bastante desigual, ainda que seja considerada apenas o sistema público. Em uma cidade grande como São Paulo, as escolas públicas serão classificadas de formas distintas — dependendo da região em que a escola está localizada, ela terá um determinado conceito. As regiões que possuem as escolas públicas mais bem avaliadas são as regiões onde a população tem um melhor poder aquisitivo; nos lugares onde a renda é mais baixa as escolas apresentam um desempenho mais baixo. É preciso considerar, portanto, a estrutura familiar da criança:

> Na verdade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças da experiência escolar e, consequentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 1998, p. 42).

O capital cultural é a troca estabelecida através da convivência social, que se dá principalmente através das relações interpessoais, para uma criança em idade escolar, a convivência com a família e com os amigos do bairro, tem caráter decisivo em seu processo formativo.

O processo de aprendizagem ocorre principalmente em ambientes informais (fora do ambiente escolar), e todo o aprendizado realizado fora dos muros da escola, irá também repercutir dentro do ambiente escolar, seja ele adequado aos padrões formais estabelecidos pelas instituições de ensino, ou não.

Apesar da grande interferência do ambiente externo nas escolas, também é necessário considerar que os processos de aprendizagem que ocorrem nas escolas irão repercutir nas comunidades, na vida das famílias dos estudantes. A relação de interdependência entre a escola e as comunidades, precisa ser percebida como uma possibilidade de estabelecer estratégias para garantir as necessidades básicas de estudantes.

Ao longo do artigo, serão apresentados dados que comprovam a relação direta entre desigualdade social, considerando o índice de Gini (responsável por medir a concentração de renda), e os índices responsáveis por medir a qualidade na educação. Também será avaliada a relevância de programas de distribuição de renda condicionados como forma de garantir a melhoria dos índices educacionais.

Também será gerada uma reflexão acerca do quanto ainda é necessário melhorar as políticas públicas de distribuição de renda, uma vez que estas são diretamente responsáveis pela melhoria no desempenho escolar dos indivíduos mais vulneráveis e desassistidos pelo Estado.

2. O CONTEXTO SOCIAL DO ESTUDANTE

O do materialismo histórico dialético, é relevante nesta análise por entender que a educação é uma das esferas sociais e por isso reflete as características desta, tendo como um dos principais referenciais teóricos Bourdier (1998), o autor retrata em sua ampla e importante obra, como a educação e as outras esferas da sociedade são interdependentes.

A teoria crítico-reprodutivista (Saviani, 1984,1982 e Tedesco, 1986), tem-se que a intervenção dos contornos socioeconômicas é reproduzida pela escola e pela sociedade. As teorias críticas-dialéticas atribuem um valor diferenciado à educação que, dependendo do contexto, torna-se agente transformador da sociedade (ações educativas dinâmicas, materialismo histórico).

É elementar considerar que o indivíduo em processo educativo é um ser social, capaz de educar-se por ações políticas. Sendo assim, serão investigadas as ações de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais na cidade de São Paulo, uma vez que redistribuição de renda é a principal forma de promover a equidade dentro do sistema educacional.

A vida cotidiana de um estudante tem grande influência em seu desempenho escolar, é indispensável pensar quais são as condições materiais na vida de um indivíduo em idade escolar, para que posteriormente seja avaliado exclusivamente o seu desempenho escolar. As condições que garantem dignidade ao estudante, são premissas que antecedem as questões ligadas ao desenvolvimento educacional.

A criança que tem um suporte familiar para realizar as atividades de casa consegue ter um melhor desempenho nas atividades do que uma criança que os pais não sabem ler nem escrever. A transferência informal de conheci-

mento é muito importante em processos educativos. No entanto, é notório que as questões materiais de sobrevivência, tradicionalmente ignoradas pelo Estado em suas diversas instâncias, têm impacto quantitativo e qualitativo sobre o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis do ensino, em particular, de crianças e adolescentes. Para uma criança sem alimentação adequada, torna-se difícil desenvolver o pensamento da forma como é desejado pela escola.

É necessário considerar que alguns grupos sociais que vivem em periferias, formados por indivíduos que têm as suas principais preocupações voltadas para as necessidades mais básicas de sobrevivência: moradia, comida, água tratada — inclusive para uso mais elementar, como banho. A vivência como professora da rede municipal de São Paulo, mostra, cotidianamente, alunos que têm na escola a sua única refeição digna durante todo o dia; crianças e adolescentes que ficam sentados na sala de aula e esperam ansiosamente pelo momento que é oferecida a merenda, pois não têm comida em casa. Esses alunos, devido a situação de fome, costumam estar nervosos, agitados ou, em alguns casos, sonolentos.

Diante das condições sociais a que alguns estudantes estão suscetíveis, é necessário que o Estado use estratégias para promover uma vida digna a estes indivíduos, garantir a dignidade da pessoa humana é uma premissa básica para garantir o bom desempenho dos estudantes.

> Reitero a necessidade de considerar o *habitus* um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um *habitus* como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção.(SETTON, 2002, p.67)

A desigualdade educacional só será reduzida quando o habitusfor modificado.A maior preocupação do Estado e das escolas públicas (que também fazem parte do aparato estatal) é com os índices que mostram o desempenho da instituição de ensino nas avaliações que medem o desempenho escolar dos estudantes dentro do sistema público de ensino. Os casos de vulnerabilidade acabam sendo negligenciados pelos dirigentes escolares, pelos supervisores de ensino.

> Um conjunto de padrões de comportamento, pensamento e gosto, com 'traduções' nos diferentes domínios da prática, que acaba operando um ligamento entre a força do 'coletivo' e os registros caprichosos das práticas individuais. A 'interdependência' entre os integrantes dos diversos agrupamentos sociais garantiria a circulação de constrangimentos, fazendo ver ao homem mais humilde os fundamentos sociais dos privilégios dos poderosos e, vice-versa, não poupando sequer os dirigentes mais arrogantes de algum sentimento de responsabilidade pelas condições de pobreza e violência entre os miseráveis. (Miceli, 1997).

Os alunos que têm dificuldades em desenvolver as habilidades esperadas costumam ter comportamento indisciplinado e são pouco compreendidos pelos colegas, professores e gestores da instituição de ensino. De forma geral, ainda que sejam analisados os problemas sociais vivenciados por alguns educandos, existe pouca articulação para que os direitos universais do indivíduo sejam garantidos.

Segundo o **artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos**:

> 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

O ambiente escolar reflete as condições sociais. Em escolas públicas localizadas nas periferias da cidade de São Paulo, onde algumas famílias não têm renda necessária para garantir a subsistência dos seus integrantes — às vezes, nem ao menos recursos mais básicos, como água encanada —, não existe a aplicação dos direitos universais, que são condições mínimas para que os humanos tenham uma vida digna. Como é possível que crianças e adolescentes aprendam diante da ausência dos seus Direitos Universais?

As instituições públicas de ensino, diante deste contexto de exclusão social, têm uma importante missão de fornecer aos educandos as mínimas condições para que estejam aptos a desenvolver os processos cognitivos adequados. Porém, a articulação entre escolas da rede municipal de São Paulo e o Estado tem sido insuficiente para garantir os direitos dos estudantes a uma vida digna.

3. ÍNDICES E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O sistema educacional deve ser amparado por princípios legais de igualdade e equidade, a inclusão social se dá através de medidas político-administrativas e de caráter pedagógico, somente a articulação efetiva dos itens mencionados anteriormente, pode tornar a educação brasileira mais inclusiva e capaz de combater as desigualdades sociais.

A estruturação de um sistema educacional capaz de incluir, é principalmente uma ação política. Antes de pensar em novas estratégias, é pertinente analisar os dados acerca de programas de distribuição de renda e de índices que avaliam a concentração de renda da população brasileira.

Quando a maior preocupação do sistema educacional é avaliar a educação através de dados, as condições sociais e históricas acabam sendo esquecidas, há forte dependência com das avaliações.

> A discussão da questão da dependência é uma outra orientação de análise que nos ajuda a compreender a questão teórico-metodológica dos estudos comparados em educação. Há evidência empírica de que nossos países têm ingerências externas que comprometem a sua soberania. Mas, como os estudos a questão e a própria realidade histórica demonstraram, a situação de dependência revela-se como uma "unidade dialética", historicamente determinada entre classes e grupos sociais, nos países dependentes e nos países capitalistas centrais (FRANCO, 2000 p. 204).

Apesar dos dados sobre a educação não serem aplicados de forma adequada para combater as desigualdades sociais e regionais do Brasil, é possível ter, através da análise de índices, a comprovação de que há desigualdade

Para comprovar que a desigualdade social reflete na educação brasileira, utilizaremos dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), índice que, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira): varia de 0 a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões. Se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Segundo o DATASUS, o estado com menor desigualdade social do Brasil é Santa Catarina, cujo índice de Gini (índice que mede a desigualdade social) foi de 0,4942 em 2010. Já o estado com maior índice de Gini e, portanto, com maior desigualdade social é o Amazonas — 0,6664 em 2010.Com relação ao IDEB, foi considerada toda a rede pública da educação básica.O Amazonas atingiu 5,4 em 2017.No mesmo ano, Santa Catarina atingiu 6,3.

Os dados analisados conseguem exemplificar como a desigualdade social reflete na desigualdade da educação. Uma das estratégias mais importantes para se promover a melhoria da educação é transformar as condições sociais do lugar em que se deseja melhorar a educação. Entender que investir isoladamente em educação resolve os problemas sociais é um grande equívoco.

Também é necessário considerar o Bolsa Família como ferramenta importante no combate de desigualdades sociais, que reflete na melhoria da educação brasileira. Segundo informações do site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), o Programa Bolsa Família também responde por 10% de redução da desigualdade no Brasil, entre 2001 e 2015. Esse impacto é relevante, tendo em vista o baixo custo do programa, de apenas 0,5% no Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, o estudo também ressalta que os desafios permanecem, pois 64% dos beneficiados pelo Bolsa Família continuam em situação de extrema pobreza. Isso pode ser explicado pelo valor médio transferido mensalmente para cada família — cerca de R$ 180, em 2017. O valor modesto impede que o programa seja ainda mais eficaz no combate à pobreza no país (de Souza et al., 2018).

O bolsa família é um programa cujo principal objetivo é garantir à população de baixa renda as suas necessidades essenciais, especialmente alimentação. É preciso considerar a importância do programa para garantir renda ao grupo de pessoas em situação de pobreza, ou extrema pobreza. Um dos elementos responsáveis por garantir a eficácia do programa, é o fato dele ser condicionado, pois a família para ser beneficiada precisa ter uma criança, ou adolescente de 6 a 17 anos, matriculado e freqüentando a escola.

Programas de distribuição de renda quando são condicionados costumam ter maior eficiência, no caso específico do bolsa família, os benefícios trazidos para o Brasil são diversos, pois além de ter melhorado a alimentação das pessoas, colaborou com a elevação da taxa de alfabetização, aumentou o nível de escolaridade das pessoas.

Em diversos países do mundo já foram testados programas de distribuição de renda condicionados e não condicionados. Os não condicionados não colaboram com a redução do trabalho infantil, nem com a melhora no nível de escolaridade da população, pois as crianças não são obrigadas a ir para a escola. O benefício apesar de necessário costuma ser insuficiente para garantir todas as necessidades de uma família, então quando um programa de distribuição de renda não é condicionado, os jovens em idade escolar acabam indo trabalhar para complementar a renda da família.

Ainda que o benefício do bolsa família seja insuficiente para a manutenção plena dos indivíduos beneficiados, a imposição do programa em auxiliar apenas as família com crianças e adolescentes que freqüentam a escola, gera um grande benefício social, por melhorar o nível de escolaridade do país e reduzir a taxa de analfabetismo. Melhorar a taxa de alfabetização da população e garantir que pessoas em situação de miséria freqüentem a escola e possam estudar, também é elementar para garantir a melhoria na qualidade de vida da população, e principalmente para combater as desigualdades sociais.

Após analisar os dados do IDEB e o índice de Gini, é possível constatar que o sistema educacional é interdependente de políticas públicas focadas em de distribuição de renda, programas de assistência social. Além disso, o corpo técnico das instituições educacionais precisa conseguir articular as necessidades da unidade ao sistema macro. Isso se dá através de ações pedagógicas planejadas e focadas em atender as distintas necessidades dos discentes.

> [...] é preciso considerar que o conceito de sistema não se resume à ideia de rede de escolas. Para lá dessa acepção, o termo sistema denota um conjunto de atividades que se cumprem tendo em vista determinada finalidade. E isso implica que as referidas atividades são organizadas segundo normas decorrentes dos valores que estão na base da finalidade preconizada. Assim, sistema implica organização sob normas próprias (o que lhe confere um elevado grau de autonomia) e comuns (isto é, que obrigam a todos os seus integrantes). (SAVIANI, 2008, P.215)

O conceito de sistema educacional, é capaz de elucidar a articulação entre os diferentes setores responsáveis pela estruturação da educação, também analisa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Constituição Federal, as instituições de ensino e indivíduos (professores, estudantes, gestores).

A exclusão social e o fracasso escolar são questões amplamente interligadas, no caso do Brasil, são questões responsáveis pelos problemas enfrentados em nosso sistema educacional. Considerando a dicotomia inclusão/exclusão social, é preciso refletir sobre o que é estar incluído

A escola tem como função pensar em ações em uma escala menor de abrangência, porém também indispensáveis na construção de uma educação democrática, capaz de compreender as necessidades do indivíduo aprendiz de forma ampla, auxiliando a formação do pleno desenvolvimento emocional, das habilidades intelectuais, a saúde física. A escola deve possibilitar aos estudantes o aprimoramento da memória cultural, a compreensão da importância do exercício da cidadania, desta forma é possível desenvolver a consciência crítica dos estudantes acerca do que são os critérios básicos responsáveis por lhes garantir uma vida digna.

Também é necessário que a escola articule o conhecimento formal ao saber local (características do bairro: hidrografia, líderes comunitários). O exercício da cidadania pode ser desenvolvido do local para o nacional, o inverso também pode ser feito, uma vez que as ações políticas locais são influenciadas por questões nacionais. As escalas de análise local e nacional devem ser articuladas para que seja possível garantir uma formação cidadã aos educandos.

A compreensão da exclusão social demanda o entendimento de um processo histórico e cultural, o processo de segregação não é um fenômeno pontual. O sucesso do Bolsa Família se dá justamente por ser uma forma de indenizar famílias em situação de pobreza, tornando possível que crianças e adolescentes freqüentem a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi analisado ao longo deste artigo, é elementar entender que o sistema educacional é reflexo das características sociais, o Brasil apresenta grande desigualdade social e como conseqüência tem diversos problemas em seu sistema educacional.

Programas de distribuição de renda, como o bolsa família, colaboram com a redução das desigualdades sociais, e por isso são imprescindíveis para garantir a melhoria dos índices educacionais. É muito comum que a análise do desempenho dos alunos esteja associada exclusivamente às condições da instituição de ensino em que estão matriculados, o contexto social dos educandos acaba sendo ignorado.

Desprezar a realidade social a qual os estudantes estão inseridos é uma falha que tem dificultado a melhoria da qualidade da educação no Brasil, desta forma, as instituições atuam como ferramenta de dominação simbólica, tornando a escola aparato para a manutenção e agravamento das desigualdades sociais.

Ao analisar especificamente a situação das escolas da cidade de São Paulo, é possível constatar que o desempenho da unidade escolar nas avaliações externas, está diretamente ligado ao contexto social em que a unidade escolar está inserida, portanto gestores responsáveis por pensar estratégias para melhoria da distribuição de renda e da educação, precisam trabalhar de maneira articulada.

Criar estratégias eficazes para melhorar a distribuição de renda no Brasil, é a forma que pode garantir melhor eficácia no desenvolvimento do sistema educacional, uma vez que este não pode ser tratado como parte isolada da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre .**O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. **As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área**. Revista Brasileira de Educação, Anped, maio-ago. 2001c, no 17.

CAVALIERE, Ana Maria. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?.** Educação e Sociedade, Campinas, v.23, n.81, p. 247-270, dez. 2002.